

CRE inicia debate sobre o futuro da Amazônia

PÁGINA 8

Criação de cooperativas sociais é aprovada

Beneficiados serão os deficientes, dependentes químicos, egressos de prisões, idosos, condenados a penas alternativas e adolescentes em situação familiar difícil.

PÁGINA 3



Antonio Carlos Magalhães, ao lado de Ramez Tebet (ao microfone) e Paulo Souto, acompanhou a leitura do relatório parcial na CPI do Judiciário

CPI DO JUDICIÁRIO

Relator aponta indústria da adoção em Jundiaí

Documento parcial aprovado pela CPI do Judiciário pede ao Ministério Público providências contra juiz e promotora que atuavam na cidade paulista

PÁGINAS 4 E 5

EDUCAÇÃO É ARMA CONTRA A MISÉRIA, DIZ PAULO RENATO

Ao participar ontem de audiência na Comissão Mista para a Erradicação da Pobreza, o ministro Paulo Renato Souza afirmou que a educação é o fator individual mais importante para combater a pobreza. Paulo Renato afirmou que o governo federal pretende atingir a meta de colocar 100% das crianças de sete a 14 anos nas escolas e alcançar a universalização do ensino médio.

PÁGINA 6



Paulo Renato depõe na Comissão de Erradicação da Pobreza



Andrea Calabi, Alcides Tápias, Ney Suassuna e Bello Parga participam da audiência na CAE

Tápias garante que só falta confiança para o país retomar crescimento

O ministro do Desenvolvimento, Alcides Tápias, disse que falta "apenas um pouco mais de confiança" para o setor privado aumentar seus investimentos no Brasil. Ao participar de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos, Tápias observou que o aumento da taxa de investimento de 20% para 23% do PIB é pré-requisito para o país crescer de 5% a 6% ao ano, com aumento do nível de emprego. E investimento, acrescentou, é fundamentalmente uma decisão do setor privado.

PÁGINA 7

ACM admite possibilidade de convocação extraordinária

Decisão será do Poder Executivo e dependerá, segundo o presidente do Senado, "do interesse nacional e da necessidade do governo"

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, declarou ontem ser favorável a que todos paguem contribuição previdenciária, inclusive os militares reformados e funcionários públicos inativos. Disse também que, caso o governo encaminhe ao Congresso Nacional na próxima sexta-feira duas propostas de emenda constitucional com esse objetivo, como foi noticiado pela imprensa, os parlamentares poderão, por meio de "um grande esforço", fazer a votação das matérias até janeiro de 2000.

Para que isso aconteça, o senador afirmou que será preciso apressar os prazos, com a entrega de relatórios antes dos 15 dias estipulados regularmente. Quanto à possibilidade de convocação extraordinária do Congresso em janeiro, Antonio Carlos salientou que essa decisão dependerá do interesse nacional e da necessidade do governo. "O governo é quem decidirá, para que não venham dizer depois que convocamos

Antonio Carlos defendeu a contribuição previdenciária de militares reformados



com outros intuitos", observou. Ainda sobre a proposta que definirá a contribuição dos militares e funcionários públicos aposentados, o presidente do Senado disse acreditar que a matéria não enfrentará dificuldades para ser aprovada. "Com o apoio dos governadores, os esclarecimentos e pronunciamentos dos líderes

acho que as coisas vão andar melhor", afirmou.

Antonio Carlos informou que não sabe como ficará a emenda que o governo encaminhará, estabelecendo um subteto para o salário dos servidores municipais e estaduais, observando ser necessário, antes, a definição do teto salarial dos servidores federais.

Senador tem encontro com piloto Emerson Fittipaldi

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, encontrou-se na manhã de ontem com o piloto Emerson Fittipaldi, que, ao cumprimentar o senador, comunicou-lhe que irá fazer um convite oficial para que ele assista à Rio 200, no ano que vem. O evento, que acontecerá em maio, é uma corrida automobilística de 200 milhas da Fórmula Mundial, de que o piloto é divulgador.

Combate à pobreza poderá receber parte dos recursos obtidos com CPMF

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou, ao sair da reunião da Comissão Mista para Erradicação da Pobreza, realizada ontem, que poderá, se necessário, tomar a iniciativa de elaboração de uma proposta que destine parte da arrecadação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) ao combate da pobreza.

Antonio Carlos considerou positivo o seminário de que partici-

pou, na segunda-feira, sobre o tema. O debate, que contou com a presença do presidente de honra do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva, do ex-governador do Distrito Federal Cristovam Buarque e do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), entre outros, foi promovido pelo Instituto Cidadania, vinculado ao PT, em São Paulo. "Foi altamente civilizado, com propostas concretas", disse o senador.



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 20 DE OUTUBRO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

12h15 — Recebe Li Changchun, Membro do Bureau Político do Comitê Central do Partido Comunista da China
15h30 — Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Segundo dia de discussão, em segundo turno, do substitutivo à PEC nº 65/99, que altera a redação do parágrafo 3º do art. 58 da Constituição federal para acrescentar poderes às comissões parlamentares de inquérito; *PLC nº 10/99, que dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal; *PDL nº 61/99, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Internacional Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Quedas do Iguazu (PR); *PDL nº 86/98, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Colatina Rádio Som Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Colatina (ES); *PLS nº 224/99, que modifica a Lei Complementar nº 53/86, para nela incluir a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de veículos por portadores de deficiência física; *PLS nº 336/99 - Complementar, altera dispositivos da Lei Complementar nº 76/93, que dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária; e *Parecer nº 794/99, sobre a Mensagem nº 173/99, que submete à deliberação do Senado a escolha do general-de-exército José Luiz Lopes da Silva, para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar.

COMISSÕES

9h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: *PLC nº 31/97, revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43; *Diversos nº 20/98, encaminha ao Congresso cópia da Decisão nº 445/98, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam (TC nº 000.705/97-7), adotada pelo Tribunal de Contas da União, sobre auditoria realizada no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); *PLC nº 25/99 e *PLS nº 54/99, altera o art. 1º da Lei nº 8.287/91, que dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego aos trabalhadores da pesca, durante o período de defeso; *PLC nº 28/99, acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43, instituindo o procedimento sumariíssimo no processo trabalhista; *PLC nº 72/95, disciplina os anúncios de oferta de emprego; *Mensagem nº 98/99, propõe ao Senado que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$ 2,2 bilhões, de principal, entre o governo do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinada a financiar o Programa de Reforma e Proteção Social, no âmbito do Programa de Apoio Financeiro Internacional ao Brasil; e *discussão das propostas de plebiscito acerca do Orçamento. Pauta Extra: *PLC nº 46/99, que dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual, o cálculo do benefício e altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, AMBS de 24 de julho de 1991. Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: *PLC nº 86/96, altera o parágrafo 1º do art. 39 da Lei nº 8.935/94, que regulamenta o art. 236 da Constituição federal, dispondo sobre os serviços notariais e de registro; substitutivo da Câmara dos Deputados à *PEC nº 1/95, altera dispositivos dos artigos 48, 57, 61, 62, 64 e 84 da Constituição federal; *PLS nº 10/99, altera o disposto na Lei nº 6.811/80, que dispõe sobre a destinação da taxa judiciária de que trata o art. 20 do Decreto-Lei nº 115/67, alterado pelo art. 2º do Decreto-Lei nº 246/67; *PDL nº 47/99, dispõe sobre a convocação de plebiscito acerca da desestatização da Companhia Hidrelétrica de São Francisco (Chesf); *PLC nº 35/99, altera a redação e revoga dispositivos da Lei nº 7.501/86; *PLC nº 34/99, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida; *PEC nº 24/99, dá nova redação à alínea "c" do inciso I do art. 12 da Constituição federal; e *PEC nº 5/99, acrescenta parágrafos aos artigos 27 e 168 e altera os artigos 28 e 29 da Constituição federal, que tratam de relações jurídico-orçamentárias entre os poderes dos estados, Distrito Federal e dos municípios. Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3

10h30 - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: *Mensagem nº 181/99, propõe ao Senado que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 202 milhões, de principal, entre o governo do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), destinada ao financiamento parcial do Projeto Fundescola II, segunda etapa do Programa de Fortalecimento da Escola (Fundescola/União), a cargo do Ministério da Educação; *Mensagem nº 184/99, encaminha ao Senado a programação monetária para o quarto trimestre de 1999; *PLS nº 127/99, dispõe sobre a comunicação direta dos atos e fatos apurados no decorrer dos procedimentos de fiscalização e exame de contas que tipificam a atuação do Tribunal de Contas da União; *Ofício "S" nº 17/99, encaminha ao Senado Parecer Dedip/Diare - 99/117, de 1999, contendo manifestação do Banco Central do Brasil acerca do pedido do estado de Roraima para contratar operação de crédito junto à Corporación Andina Fomento, no valor de US\$ 26 milhões, cujos recursos serão destinados à obras para distribuição de energia elétrica; e *Discussão de propostas de emenda ao Orçamento. Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19

15h - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: *Relatório referente à construção do edifício-sede do Tribunal Superior do Trabalho; *Requerimento do deputado Giovanni Queiroz, solicitando que seja convidado o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, para prestar esclarecimentos sobre as receitas que financiam o Projeto de Lei Orçamentária para 2000 e o Plano Plurianual para o período de 2000 a 2003; e *PL nº 26/99 - CN, abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça do Distrito Federal e dos territórios, crédito especial no valor de R\$ 600 mil para os fins que especifica. Plenária nº 2 do Anexo Luis Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados

17h - CPI do Judiciário

Pauta: Depoimento de Athaide Monteiro da Silva, desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso. Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2

17h - Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: Discussão e escolha das propostas de emenda ao Orçamento. Ala Senador Nilo Coelho - Sala 6

17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Primeiro Seminário "A Amazônia - patrimônio ameaçado?"

Palestrantes: ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, e padre Paulino Bakdarrasi. Ala Senador Alexandre Costa - Sala 7

Após a Ordem do Dia - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Discussão e escolha das propostas de emenda ao Orçamento. Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3

Após a Ordem do Dia - Subcomissão de Rádio e TV

Ala Senador Alexandre Costa - Sala 15

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademar Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)
2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1ª Secretaria)
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327
Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa
Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impressa pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Criação de cooperativas sociais vai à sanção

Objetivo de projeto aprovado pelo Senado é oferecer alternativa de trabalho para pessoas em desvantagem no mercado econômico, como deficientes, dependentes químicos, egressos de prisões, idosos e adolescentes em situação familiar difícil

Com o objetivo de oferecer trabalho a pessoas em desvantagem no mercado econômico, o Senado aprovou ontem projeto do deputado Paulo Delgado para a criação de cooperativas sociais. A iniciativa pretende dar continuidade à Lei da Reforma Psiquiátrica, que estabelece a humanização do atendimento aos doentes mentais. A matéria vai agora à sanção presidencial.

Conforme decisão do plenário, essas cooperativas deverão organizar e gerir serviços sócio-sanitários e educativos, além de desenvolver atividades agrícolas, industriais, comerciais e de serviços. De acordo com a proposição, são consideradas pessoas em desvantagem os deficientes físicos e sensoriais, deficientes psíquicos e mentais, dependentes químicos, egressos de prisões, idosos com mais de 60 anos, condenados a penas alternativas e adolescentes em situação familiar difícil.

Ficou também estabelecido que essas cooperativas deverão fundamentar-se no inte-

resse geral da comunidade em promover a pessoa humana e a integração social dos cidadãos. Relator da matéria na Comissão de Assuntos Sociais, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) acredita que essa integração será um valioso instrumento para a incorporação de doentes psiquiátricos à vida social e para a realização humana de cidadãos.

Em sua avaliação, se os indicadores socioeconômicos do país revelam as imensas dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores do país para conseguir uma colocação, "pode-se imaginar a extensão do problema quando se trata do trabalhador que carrega o estigma de uma deficiência física ou mental".



O plenário decidiu que as cooperativas deverão organizar e gerir serviços sócio-sanitários e educativos



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

TERÇA-FEIRA, 19 DE OUTUBRO DE 1999

1

Proposta de Emenda à Constituição nº 65, de 1999. De autoria de Jefferson Péres e outros senadores. Altera a redação do § 3º do art. 58 da Constituição Federal para acrescentar poderes às comissões parlamentares de inquérito.

Resultado: Encerrado o primeiro dia de discussão, em segundo turno. A matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de hoje, para o segundo dia de discussão, em segundo turno.

2

Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 1998 (nº 4.688/94, na Casa de origem). Dispõe sobre a criação e o funcionamento de cooperativas sociais, visando à integração social dos cidadãos, conforme específica.

Resultado: Aprovado. À sanção.

3

Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 1999 (nº 2.597/96, na Casa de origem). De iniciativa do presidente da República. Autoriza a Universidade Federal do Rio Grande do Norte a alienar bem imóvel de sua propriedade.

Resultado: Aprovado o projeto e as emendas nºs 1 e 2-CCJ. A matéria volta à Câmara dos Deputados.

4

Projeto de Decreto Legislativo nº 39, de 1997 (nº 338/96, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Central de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada em Campinas (SP).

Resultado: Aprovado. À promulgação.

5

Projeto de Decreto Legislativo nº 82, de 1999 (nº 674/98, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova a concessão deferida à Rádio Cabugi Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média em Natal (RN).

Resultado: Aprovado. À promulgação.

6

Mensagem nº 159, de 1999 (nº 1.122/99, na origem), pela qual o presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do sr. Paulo Tarso Flecha de Lima para, cumulativamente com a função de embaixador do Brasil junto à Itália, exercer a de embaixador do Brasil junto à Albânia.

Resultado: Aprovada.

Fonte: Secretaria Geral da Mesa

Flecha de Lima agora acumula embaixadas na Itália e na Albânia

Por 56 votos favoráveis, dois contrários e sete abstenções, o Senado aprovou a escolha de Paulo Tarso Flecha de Lima para, cumulativamente com a função de embaixador do Brasil junto à Itália, exercer a de embaixador do Brasil junto à República da Albânia. Conforme o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, a decisão será agora comunicada ao presidente da República.

Universidade é autorizada a alienar terreno ao governo do RN

O plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei que autoriza a Universidade Federal do Rio Grande do Norte a alienar bem imóvel de sua propriedade em favor do governo daquele estado. Reconhecendo que o imóvel encontra-se ocioso, o plenário determinou que a quantia resultante dessa alienação seja integralmente aplicada no campus universitário, particularmente em edificações destinadas a suprir carências da instituição. Como foi emendada no Senado, a matéria voltará à deliberação da Câmara.

Incentivo a pequenos é solução para desemprego, diz Osmar

Estimular o miniprodutor rural e o pequeno empresário é o único caminho para o Brasil reduzir o desemprego, pois estimula empreendimentos que, com poucos recursos, são mais capazes de multiplicar os postos de trabalho. A afir-

mação é do senador Osmar Dias (PSDB-PR), que em entrevista à TV Senado fala sobre projeto de sua autoria que facilita linhas de crédito para pequenos e microempresários urbanos e rurais. A entrevista vai ao ar hoje, às 8h30.

Senado renova concessões de emissoras

O Senado decidiu ontem renovar concessões outorgadas a duas emissoras de rádio. Foram beneficiadas a Rádio Cabugi, de Natal (RN), e a Rede Central de Comunicações, em Campinas (SP). Ao encaminhar a votação, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) lembrou que a Rede Central de Comunicações tem como principal cotista o ex-governador de São Paulo Orestes Quércia, e aproveitou para reconhecer seus méritos.

"Quero aproveitar esta oportunidade, quando o ex-governador Quércia está em baixa, quando poucos são os brasileiros que se dispõem a reconhecer seus méritos e seu trabalho, para agradecer o que ele fez por Sergipe", disse Valadares. Conforme informou, no governo de São Paulo Quércia incentivou as empresas de turismo a investirem em Sergipe, propiciando assim ganhos econômicos para aquele estado. "Eu não poderia deixar de dar meu apoio a uma empresa que tem no comando um amigo do estado de Sergipe", acrescentou.

Plenário vota mudanças na desapropriação de terras

Projeto de Ademir Andrade proíbe indenização da área de vegetação nativa situada em imóveis usados no programa de reforma agrária

O plenário do Senado delibera hoje sobre uma pauta de sete itens, que inclui mudanças na lei sobre o rito sumário para desapropriações destinadas à reforma agrária. Aguarda votação iniciativa do senador Ademir Andrade (PSB-PA) para impedir que a existência de vegetação nativa em terra não cultivada justifique o pagamento de indenizações indevidas.

Na opinião do parlamentar, pretender incluir a cobertura vegetal no cálculo da indenização é ofender o caráter social da desapropriação para reforma agrária. "Provado que as espécies vegetais que integram o imóvel são de uso doméstico, que a vegetação é de formação espontânea e que não decorre de



Ademir: indenização de área vegetal "ofende" caráter do programa

investimento relevante, não existe razão para sustentar sua conversão em indenização, salvo manifesto interesse em se locupletar via erário", diz ele em defesa do projeto.

Hoje, a lei prevê que a indenização da terra desapropriada corresponderá ao valor apurado na data da perícia, ou ao determinado pelo juiz, corrigido monetariamente até

a data do pagamento. O projeto de Ademir Andrade exclui do valor da indenização o pagamento de juros compensatórios, assim como coberturas florísticas. O senador argumenta que, com a redação que pretende dar à lei, "extingue-se em definitivo a possibilidade de eventuais ginásticas interpretativas para se buscar lucrar sobre o dinheiro público

e sobre a reforma agrária".

Também está prevista para hoje a votação de projeto do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) que inclui a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de veículos para paraplegicos e portadores de deficiência física. O parlamentar disse que seu propósito é permitir às pessoas que tenham limitações para utilização de veículos comuns adquirir veículos com preços mais baixos.

Será ainda votado projeto do Executivo que visa ao aperfeiçoamento do processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade, a fim de torná-las mais rápidas e eficientes. O projeto institui a possibilidade de o relator do processo no Supremo Tribunal Federal indeferir liminarmente as petições não fundamentadas ou manifestamente improcedentes.

CCJ discute limites à edição de medidas provisórias

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ) discute, a partir das 10 horas, um dos assuntos mais polêmicos em tramitação no Congresso, a edição de medidas provisórias por parte do presidente da República. A comissão deve ouvir o senador José Fogaça (PMDB-RS), designado relator de uma proposta de emenda constitucional que limita a edição de MPs.

O Senado já votou, há pouco mais de dois anos, um projeto do então senador Esperidião Amin que, ao tramitar na Câmara, recebeu emendas dos deputados. Por causa das emendas, a matéria voltou ao exame dos senadores e, recentemente, os líderes decidiram colocá-la entre as prioridades do Senado até o fim deste ano.

Fogaça pretende apresentar um substitutivo à proposta que veio da Câmara, e, caso isso se concretize e os senadores concordem, o assunto voltará novamente à discussão dos deputados. Há

dias, lideranças partidárias têm tentado chegar a um acordo sobre o assunto.

O senador discorda de algumas alterações feitas pela Câmara, principalmente a manutenção de sessões conjuntas do Congresso para apreciação de medidas provisórias, como ocorre atualmente. Fogaça entende que MPs devem ser examinadas separadamente pelas duas Casas.

A proposta de emenda sobre MPs não será o único assunto em discussão na reunião de hoje na CCJ. Os senadores examinarão projeto de decreto legislativo apresentado por José Eduardo Dutra (PT-SE) que propõe a realização de um plebiscito para que a população dos estados nordestinos decida sobre o processo de privatização da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf).



José Fogaça deve propor substitutivo às emendas da Câmara

O projeto receberá uma emenda de Jader Barbalho (PA), líder do PMDB no Senado, estabelecendo que as populações da Amazônia beneficiadas pela Eletronorte também manifestarão em plebiscito sua concordância ou não com a privatização da empresa.

Estará ainda em debate na CCJ outra proposta de emenda constitucional, de autoria de Geraldo

Althoff (PFL-SC), que limita os gastos das assembleias legislativas dos estados e do DF a percentuais da receita estadual: no mínimo 1% e no máximo 7%. Estados mais ricos poderão gastar apenas 1% com suas assembleias legislativas.

A proposta complementa emenda, já aprovada no Senado e em tramitação na Câmara, que também limita os gastos das câmaras de vereadores.

Propriedade em empresas de comunicação vai a debate

A Subcomissão de Rádio e TV, presidida pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), reúne-se hoje, logo após a Ordem do Dia, para apreciar requerimento propondo a realização de audiência pública sobre proposta de emenda constitucional que trata da propriedade das empresas jornalísticas e de radiodifusão. A subcomissão também apreciará requerimentos para a realização de ciclo de palestras sobre experiências estrangeiras em rádio e televisão; do seminário "Rádio, Televisão e Democracia"; e de audiências públicas sobre os temas "A Violência na Mídia" e "Radiodifusão Comunitária".

Comissão de Orçamento vota créditos para ministérios

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização reúne-se às 15 horas para votar créditos de R\$ 407,4 milhões, para o Ministério da Educação, e de R\$ 47,5 milhões, para o Ministério da Previdência.

Na mesma reunião, a comissão, presidida pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), vota créditos para o Ministério do Meio Ambiente, no valor de R\$ 2,1 milhões, e de R\$ 600 mil para a Justiça do Distrito Federal. Além disso, os senadores analisam relatório referente à construção do novo edifício-sede do Tribunal Superior do Trabalho.

Por último, a pauta da comissão prevê a votação de requerimento de convite ao secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, para falar sobre as receitas que financiam o Orçamento para o ano 2000 e o Plano Plurianual de 2000 a 2003.

O juiz José Geraldo da Rocha Barros Palmeira depôs ontem na CPI que apura irregularidades no Poder Judiciário



Membros da Justiça facilitam fuga de narcotraficantes, denuncia Tebet

O presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Poder Judiciário, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), disse ontem que o grande número de fugas de narcotraficantes de presídios conta com a ajuda de integrantes da Justiça.

— Esta é uma conclusão a que já podemos chegar — afirmou Tebet depois de ouvir o depoimento do juiz da Primeira Vara de Falências e Concordatas de Cuiabá, José Geraldo da Rocha Barros Palmeira. Ele é acusado de influir na transferência para Alagoas da traficante Maria Luiza Almirão dos Santos, condenada a 21 anos e que cumpria pena em Alto Araguaia (MT). Conhecida como Branca, ela foi transferida a princípio para Brasília (presídio de segurança máxima da Papuda) e depois para Alagoas, mas já voltou para Brasília.



Tebet disse que não pode tirar nenhuma conclusão específica sobre o depoimento do juiz Palmeira, que é alagoano e está sendo acusado em processo administrativo na Justiça de Mato

Grosso de soltura ilegal de presos e relações com o narcotráfico. Mas o presidente da CPI chamou a atenção para os argumentos frágeis usados pelo juiz em sua defesa: um deles, o de que a traficante não tinha parentes morando nas terras de Benedito Palmeira, pai do magistrado, quando a localização e o nome coincidem com os citados pelo juiz alagoano Daniel Accioly, também acusado pela transferência de Branca.

— O senhor diz que não intercedeu por Branca junto aos juízes em Brasília, mas isso não prova nada, já que o senhor não tem amigos aqui — disse Tebet ao juiz.

Juiz de MT nega participação em transferência de preso

O juiz da Primeira Vara de Falências de Cuiabá, José Geraldo da Rocha Palmeira, defendeu-se ontem na CPI do Judiciário da acusação de facilitar a transferência e a fuga de narcotraficantes de prisões de Mato Grosso. Quando ainda era juiz de execuções penais, ele foi acusado de ligação com o narcotráfico e sofreu processo administrativo, cujo mérito está para ser julgado no Superior Tribunal de Justiça. Em depoimento dado à CPI pelo juiz alagoano Daniel Accioly, Palmeira foi acusado de pedir a transferência da traficante Maria Luiza Almirão para Alagoas.

— Esta é uma acusação leviana. Estou sendo perseguido pelo dr. Daniel porque me neguei a interceder por ele junto aos corregedores que investigam a transferência de Maria Luiza para Alagoas — afirmou Palmeira.

O juiz disse que não teria motivos para arquitetar a transferência da traficante, conhecida como Branca, para Alagoas. Conforme Accioly, o juiz Palmeira ale-

gou que ela teria parentes morando na fazenda do seu pai, Benedito Palmeira, em Atalaia (AL). Palmeira levou à CPI documentos e contou várias histórias para revelar "o caráter" de Accioly. Entre os documentos, estão cópias de cheques depositados na conta do juiz de Alagoas e de seus auxiliares e uma certidão com a descrição das fazendas de Benedito Palmeira.

As histórias revelam detalhes do relacionamento entre os dois juízes. Eles se conhecem há muitos anos, embora Palmeira, antes de tornar-se juiz, tenha denunciado Accioly à polícia pela prática de calotes. Accioly foi recebido em quatro ocasiões por Palmeira, em Cuiabá, segundo este afirmou, e uma vez esteve acompanhado por Rogério Farias, um dos irmãos de Paulo César Farias, pivô do escândalo que derrubou o ex-presidente Fernando Collor. "Eles foram lá comprar uma fazenda grande e que tivesse campo de poço", explicou Palmeira.

CPI aponta indícios de irregularidades em adoções

Por unanimidade, senadores membros da comissão aprovam texto sobre caso de Jundiaí (SP) em que relator afirma que juiz, promotora e funcionários da Justiça podem ter praticado crimes

A CPI do Judiciário aprovou por unanimidade ontem o relatório parcial apresentado pelo relator, senador Paulo Souto (PFL-BA), referente a indícios de irregularidades que teriam sido cometidas nas adoções internacionais de crianças em Jundiaí (SP). Na conclusão do documento, o relator afirma que o juiz Luiz Beethoven Giffoni Ferreira (ex-titular da Vara da Infância e do Adolescente do município), a promotora Inês Makwski de Oliveira Bicudo, que atuava no fórum da cidade, comissários de menores e serventários da Justiça podem ter cometido delitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e no Código Penal. O relatório será encaminhado ao Ministério Público, que poderá oferecer denúncia contra os envolvidos.

De acordo com o texto aprovado pela CPI, há indícios de que Beethoven, a promotora e os demais envolvidos tenham infringido o artigo 239 do ECA, que proíbe a promoção ou auxílio à efetivação de ato destinado ao envio de menores para o exterior com a inobservância das formalidades legais, ou para obter lucro.

O relator observou que, apesar de a CPI não dispor ainda dos documentos completos referentes à

transferência do sigilo bancário e fiscal de Luiz Beethoven, não foi constatado até o momento que o juiz tenha recebido qualquer benefício material para facilitar as adoções das crianças para casais do exterior:

– A lei não exige a comprovação de recebimento de propina, basta tão-somente a inobservância das formalidades legais. Se, além disso, ainda ficar comprovada a intenção ou a obtenção de lucro, a pena aplicada será maior – explicou Paulo Souto.

Conforme o relator, há também indícios da associação de várias pessoas – “magistrado, promotora, serventários e comissários de menores” – para execução de atos penalmente reprováveis, o que sugere, na análise de Paulo Souto, a prática do crime de formação de quadrilha ou bando, como previsto no art. 288 do Código Penal.

O senador ainda levantou a possibilidade de terem sido praticados, pelos comissários, outros delitos, tais como falso testemunho e falsidade ideológica, durante os processos de destituição de pátrio-poder. Além disso, o relatório sustenta a possibilidade da promotora Inês Bicudo ter violado o dispositivo do ECA que pune subtração de menor em poder de quem o tem sob sua guarda.



Senadores Antonio Carlos e Ramez Tebet (D) cumprimentam o relator Paulo Souto (E), após a reunião de ontem

Relator compara esquema a “linha de produção industrial”

Ao apresentar o relatório parcial, o relator, senador Paulo Souto (PFL-BA) disse que havia uma “linha de produção industrial de adoções”. Ele comparou o número de adoções feitas em alguns municípios paulistas para justificar sua afirmação:

– Enquanto em Jundiaí, um município de 550 mil habitantes, houve 484 adoções, sendo 204 internacionais, no período de 1992 a 1997, em Campinas, cidade de 1,134 milhão de habitantes, no mesmo período foram registradas 40

adoções – comparou Paulo Souto. O relatório aprovado pela CPI, que será encaminhado ao Ministério Público, conclui que o juiz Luiz Beethoven Giffoni Ferreira, ex-titular da Vara da Infância e do Adolescente de Jundiaí, e a promotora Inês Makwski de Oliveira Bicudo, que atuava no fórum do município, podem ter cometido irregularidades nos processos de adoção internacional.

O relator da CPI também apresentou aos senadores sentenças referentes a adoções internacionais com o mesmo teor e textos com-

pletamente idênticos, até nos erros de ortografia. Ele concluiu que, apesar de a adoção internacional ser considerada um mecanismo a ser utilizado em último caso, a Vara da Infância e do Adolescente de Jundiaí devia dispor de sentenças prontas em formulários.

Paulo Souto também afirma em seu relatório que vários processos de perda de pátrio-poder por maus tratos dos pais, nas adoções analisados pela CPI, foram deferidos mesmo sem provas. A violação do princípio de ampla defesa e os processos

de adoção internacional concluídos sem que fossem observados os prazos legais estipulados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente foram outras irregularidades constatadas pelo relator.

Na opinião do relator Paulo Souto, Luiz Beethoven sozinho não teria poder suficiente para agilizar o grande número de adoções internacionais no município. O senador disse acreditar que o juiz contou com a atuação da promotora Inês Bicudo, além de alguns serventários de Justiça e comissários de menores.

Para ACM, resultados positivos já são visíveis

Após assistir à aprovação, por unanimidade, do primeiro relatório parcial da CPI do Judiciário, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, elogiou o trabalho da comissão, especialmente do relator, senador Paulo Souto (PFL-BA) e do presidente, senador Ramez Tebet (PMDB-MS). Para Antonio Carlos, os primeiros resultados – sobre as denúncias de irregularidades em adoções internacionais na Vara da Infância e da Adolescência de Jundiaí, São Paulo – demonstram que a CPI do Judiciário deverá ser a comissão de inquérito de resultados mais positivos do Congresso.

Antonio Carlos comentou a falta de controle interno sobre a conduta dos integrantes do Judiciário, apontada no relatório de Paulo Souto. Ele sugeriu modificações na legislação para que os tribunais possam agir mais prontamente em relação a possíveis irregularidades. Além disso, o senador defendeu que o Legislativo tenha um poder maior na fiscalização desses fatos:

– O que nós queríamos com a CPI era acabar com a impunidade e se não fizermos com muito rigor e seriedade esse trabalho não acabaremos com o problema que é a causa de muitos males no país.

Texto inclui sugestões

Entre as sugestões apresentadas no relatório parcial aprovado ontem pela CPI está o estabelecimento de um mecanismo que torne obrigatória a apreciação de todos os processos de adoção internacional de crianças também pelos tribunais de Justiça de cada estado, não ficando a decisão apenas no âmbito da Vara da Infância.

Paulo Souto também defendeu a criação de um mecanismo de confirmação da adoção no país de destino, e de um controle até a criança atingir a maioridade, que poderá ser feito pelos con-

sulados. O relator informou que até o final dos trabalhos da comissão deverá sugerir modificações na legislação.

Apesar de constar da pauta da reunião de ontem a apreciação de outros dois relatórios, os senadores decidiram adiar o exame dos pareceres sobre os casos de irregularidades no Tribunal Regional de Trabalho do Rio de Janeiro e da falsificação de alvarás de soltura no Tribunal de Justiça do Amazonas. Os dois relatórios serão apresentados pelo relator e discutidos pela comissão amanhã, a partir das 9h.

Leia a íntegra dos relatórios parciais da CPI do Judiciário no site do Senado na Internet:

<http://www.senado.gov.br>

Paulo Renato vê educação como arma contra miséria

Após classificar de fundamental o investimento no setor, o ministro da Educação adiantou que a principal meta do governo é a de conseguir colocar nas escolas 100% das crianças de sete a 14 anos e alcançar a universalização do ensino médio

A educação é o fator individual mais importante para combater a pobreza, afirmou ontem o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, em audiência na Comissão Mista para a Erradicação da Pobreza. Segundo Paulo Renato, o investimento da sociedade nesse setor, principalmente na educação básica, é fundamental. Segundo o ministro, o governo federal pretende conseguir manter 100% das crianças de sete a 14 anos na escola e alcançar a universalização do ensino médio.

O ministro destacou que 96% das crianças brasileiras de sete a 14 anos estão na escola, número que ficava em 89% em 1995, quando se iniciou o primeiro governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

— Temos 44 milhões de alunos no ensino básico e apenas 37 milhões de jovens em idade escolar. A repetência no Brasil ainda é muito grande. Precisamos lutar agora pela melhora na qualidade da educação — disse.

Entre as medidas tomadas pelo governo federal e que resultaram em melhora no quadro educacional brasileiro, o ministro destacou a criação do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), a destinação de 15% da arrecadação de estados e municípios para o ensino fundamental e o programa de merenda escolar, que, segundo Paulo Renato, agora chega com qualidade e assiduidade às escolas.

O ministro destacou, em especial, o Programa de Garantia de Renda Mínima, que beneficia atualmente 298.580 famílias em 573 municípios, atingindo 604.288 crianças de sete a 14 anos. Segundo Paulo Renato, já foram repassados pela União R\$ 30,6 milhões para o programa, o que resulta em um valor médio mensal de R\$ 35,60 por família. Estão em análise contratos com mais 430 municípios, o que representará garantia de escola para mais 403.136 crianças, informou o ministro.

O programa atinge famílias pobres habitantes de municípios com renda *per capita* inferior a meio salário mínimo. A União entra com metade dos recursos, ficando a outra parcela a cargo dos municípios.

Paulo Renato lembrou que a repetência ainda é muito grande



Parlamentares conhecerão problemas de São Paulo

Membros da Comissão Mista para a Erradicação da Pobreza irão a São Paulo conhecer a situação da população de rua daquela cidade e experiências que estão sendo feitas para minimizar o problema. O requerimento determinando a visita é de autoria da deputada Luiza Erundina (PSB-SP) e foi aprovado na reunião de ontem. Na mesma reunião foi aprovado requerimento do deputado Euler Moraes (PMDB-GO) para visita a cidades no entorno de Brasília — Recanto das Emas, Santa Maria e Águas Lindas.

Sobre a visita a São Paulo, Erundina destacou que, depois de visitarem municípios muito pobres do interior nordestino, os parlamentares da comissão “precisam ver também a pobreza nos grandes centros urbanos”. O requerimento foi apoiado pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), que lembrou a importância de os senadores analisarem a face da pobreza urbana, que tem entre suas causas, na opinião do senador, o fluxo migratório. O senador Maguito Vilela (PMDB-GO), presidente da comissão, lembrou que muitas vezes, com a migração, acontece apenas a transferência da pobreza rural para as cidades.

Em relação à visita às três cidades nas proximidades de Brasília, o senador Maguito Vilela destacou a situação “dramática” de Águas Lindas, que em menos de dez anos “chegou à população de 160 mil habitantes”.

A agenda da comissão prevê a visita do ministro da Fazenda, Pedro Malan, na quinta-feira, às 14h. A comissão deve encerrar os seus trabalhos no dia 10 de novembro.



Comissão vai analisar extensão do programa à pré-escola

Renda mínima poderá incluir crianças de até seis anos

O relator da Comissão Mista para a Erradicação da Pobreza, deputado Roberto Brant (PFL-MG), informou que indicará, em seu relatório, medida que estenda programas de renda mínima para crianças de zero a seis anos que vivam na pobreza. O programa atinge atualmente crianças de sete a 14 anos. Para o relator, a criança aos sete anos, quando ingressa no ensino básico, muitas vezes já possui déficits nutricionais por ter sido mal alimentada durante toda a infância, o que provoca repetência escolar.

A proposta de Brant englobará tratamento integral, com alimentação e saúde, para a pré-escola. O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, afirmou que hoje os recursos destinados à merenda escolar já podem ser aumentados em situação de extrema pobreza ou dificuldade, como em locais atingidos pela seca.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP), pre-

ocupado com a violência nas escolas, questionou o que pode ser feito em relação a crianças infratoras. O ministro disse que o problema vem crescendo em todo o mundo e apontou como solução a integração dos jovens em atividades esportivas e culturais.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu que sejam ampliados os recursos para o Programa de Garantia de Renda Mínima e propôs algumas fórmulas, diferentes das usadas pelo governo, para que seja calculado o valor a ser dirigido a cada família. Paulo Renato afirmou que o programa já está estabelecido e tem uma dimensão razoável para continuar crescendo.

—O programa de renda mínima é candidato a receber recursos adicionais para erradicação da pobreza. É um benefício que está causando impacto positivo nas famílias — afirmou o ministro.

Quanto à dificuldade, levantada por

Suplicy, que alguns municípios têm para oferecer a contrapartida aos recursos do governo, Paulo Renato informou que podem ser feitos acordos com os municípios mais pobres. A idéia, salientou o ministro, é que estes municípios possam oferecer a contrapartida através de serviços ou mesmo ficar isentos de fazê-lo.

A senadora Marina Silva (PT-AC) lembrou as dificuldades em relação ao transporte escolar, problema que o ministro reconheceu ser um dos mais sérios enfrentados no meio rural. O senador Pedro Simon (PMDB-RS) informou que muitos professores universitários estão deixando a rede pública para trabalhar em universidades particulares, desestimulados pelos baixos salários. O ministro afirmou desconhecer essa situação e que os professores fazem essa migração após a aposentadoria.

CE indica emendas ao PPA e ao Orçamento de 2000

A Comissão de Educação, presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), aprovou ontem as dez emendas a serem apresentadas ao Plano Plurianual (PPA) e as cinco emendas ao Orçamento do ano 2000, conforme lhe assegura a legislação. O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) destacou-se como o que apresentou o maior número (seis) de emendas ao PPA.

As emendas apresentadas ao Orçamento dizem respeito ao fomento a projetos especiais para oferta de ensino fundamental a jovens e adultos, dos senadores Emilia Fernandes (PDT-RS) e Geraldo Cândido (PT-RJ); apoio ao desenvolvimento da educação profissional nos Cefets e escolas técnicas, dos senadores Iris Rezende (PMDB-GO), Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) e Luzia Toledo (PSDB-ES); apoio a entidades de ensino superior federais e não federais, do senador Álvaro Dias (PSDB-PR); apoio a projetos culturais de entidades estudantis secundaristas, de Emilia Fernandes, e para a implantação de uma bibli-



A comissão aprovou funcionamento de duas emissoras de rádio

oteca pública em cada município brasileiro, do senador Sebastião Rocha (PDT-AP).

As emendas aprovadas pela Comissão de Educação ao Plano Plurianual dizem respeito ao aumento dos recursos para o Fundef, do senador José Jorge (PFL-PE); recursos para hospitais universitários, e alocação de recursos destinados à alfabetização indígena, do senador Sebastião Rocha; e dotações para entidades de ensino superior federais e não federais, de Sebastião Rocha, Freitas Neto e Luzia Toledo.

O senador Jorge Bornhausen apresentou emendas que dispõem sobre recursos para transporte escolar, expansão e melhoria da rede escolar

(Promed); apoio ao desenvolvimento da educação profissional; restauração de bens imóveis do patrimônio histórico e cultural; e implantação de bibliotecas públicas em cada município. A emenda do senador Mozarildo Cavalcanti ao PPA destina-se à modernização das escolas técnicas federais.

RÁDIOS

Com pareceres favoráveis da senadora Luzia Toledo, a Comissão de Educação aprovou, ainda, ato autorizando a prefeitura municipal de Cariacica (ES) a executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade, e ato que outorga a permissão à Fundação Rômulo Balestrero para executar serviço de radiodifusão sonora na localidade de Vitória (ES).

CAE

Tápias diz que Brasil precisa de mais confiança

Ministro do Desenvolvimento participa de audiência pública com senadores e afirma que taxas de crescimento econômico de 5% ou 6% ao ano dependem de maiores investimentos do setor privado

Para promover o crescimento econômico a taxas de 5% ou 6% ao ano, com aumento do nível de emprego, o país precisa aumentar sua taxa de investimento dos atuais 20% para 23% do PIB, e contar, para isso, com a participação do setor privado, afirmou ontem o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Alcides Tápias, durante audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado:

— O investimento é fundamentalmente uma decisão do setor privado. E o que falta para o setor privado aumentar o investimento no Brasil? Apenas um pouco mais de confiança — disse o ministro.

Segundo Alcides Tápias, esse é o rumo do chamado crescimento sustentado, que significa crescimento comandado pelo investimento, pois, segundo ele, só o investimento cria empregos duradouros. O ministro disse que o país está reconstruindo, passo a passo, a confiança no futuro, e destacou a importância do ajuste das contas públicas e das re-

formas constitucionais como peças fundamentais ao desenvolvimento sustentado.

Para o ministro, o governo brasileiro somente voltará a investir e a promover o desenvolvimento após a aprovação, pelo Congresso Nacional, das reformas destinadas a reestruturar o Estado e fazer com que os investidores, principalmente os estrangeiros, possam aplicar os seus recursos num país que fez o dever de casa e conquistou a confiança do mercado.

REFORMAS

A reforma tributária, observou, é decisiva para o crescimento econômico e a geração de empregos, e a da Previdência é o “grande nó que ainda resta por desatar nas contas



Tápias e Calabi falaram aos senadores sobre políticas do governo para gerar mais empregos

públicas”

Tápias falou sobre as medidas já adotadas pelo governo, como redução da taxa de juros, mudança no câmbio, o Programa Avança Brasil e a manutenção da abertura econômica, que, destacou, permitirão a retomada imediata do crescimento “sem atirar a inflação”.

Medidas como a redução da taxa de risco bancário e o programa de reescalonamento dos passivos fiscais

do setor privado junto à Receita Federal representam, para Tápias, “um verdadeiro sopro de vida para milhares de empresas em todo o país, particularmente para as micro e pequenas”.

MICROEMPRESAS

O ministro afirmou que o programa Brasil Empreendedor, em favor das micro, pequenas e médias empresas, propiciará o crescimento dessas instituições e a geração de

empregos. O programa de crédito do governo para esse segmento empresarial é de R\$ 8 bilhões e o acesso a tais recursos, acrescentou, está sendo desburocratizado e facilitado por meio de várias medidas adotadas. Em 60 dias, o ministério concluirá os decretos necessários à completa regulamentação do Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Tápias citou também programas para incentivar as pequenas empresas a exportarem e disse que defenderá, em negociações internacionais, a ampliação do acesso de bens e serviços brasileiros a outros mercados, sem aceitar passivamente decisões unilaterais que impliquem dano à economia nacional.

No mercado internacional, acrescentou o ministro, o país precisa consolidar sua posição de tradicional exportador de commodities agrícolas, mas também deve evoluir no sentido de ampliar suas exportações de produtos de alto conteúdo tecnológico, atualmente restritas a aviões de pequeno porte.

Microempresas, indústria naval e aviação entre os temas

Durante a audiência pública, diversos senadores indagaram Alcides Tápias e Andrea Calabi sobre programas de estímulo à produção e ao emprego. Agnelo Alves (PMDB-RN) se mostrou preocupado com a falta de investimentos do governo em setores que geram emprego e renda, como o de obras públicas. “Não entendo como o país se transformou apenas num Estado pagador e deixou de investir, como ocorria no período JK e governos militares”, afirmou o senador.

O ministro argumentou que o processo de desenvolvimento naqueles governos foi feito em cima de uma política monetária sem lastro. “Daí resultou a inflação nos anos seguintes”, observou o ministro.

Apoio aos micro, pequenos e médios empresários, simplificação tributária, fortalecimento das empresas e menores ta-

xas de juros foram solicitados pelo senador José Alencar (PMDB-MG) ao ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Romero Jucá (PSDB-RR) solicitou ao presidente do BNDES maior aplicação de recursos na agroindústria. Calabi informou que foram aplicados de R\$ 2,17 bilhões em 1998.

Lauro Campos (PT-DF) criticou o que chamou de “obediência e subserviência” do governo ao FMI e ao Bird e fez restrições à política implantada pela equipe econômica que, conforme garantiu, vem propiciando a desnacionalização das empresas nacionais.

Pedro Piva (PSDB-SP) enalteceu o trabalho de Tápias e de Calabi e perguntou o crescimento do país e das empresas brasileiras. Para ele, “não existe uma economia forte sem uma empresa nacional forte”.



Senadores cobraram medidas de estímulo a diversos setores

Roberto Saturnino (PSB-RJ) perguntou sobre mecanismos de aporte de capital de risco para as pequenas empresas e sobre a construção naval. O ministro disse que, com taxas de juros mais baixas e uma série de medidas adotadas pelo governo, as empresas têm melhor situação do que no passado. Sobre a

transparência na aplicação dos recursos e se mostrou apreensivo com a iminente fusão das empresas de aviação que operam no país. Calabi garantiu que o BNDES sempre tornou públicas as suas atividades e com relação à fusão das empresas de aviação disse não ser atribuição do banco entrar no mérito da

marinha mercante, Tápias disse que o governo vai estimular esse setor, particularmente no Rio. Andrea Calabi disse que a indústria naval tem investimento de US\$ 40 bilhões para os próximos cinco anos.

Já Eduardo Suplicy (PT-SP) cobrou do BNDES maior

questão, cabendo ao Cade dar a palavra final, mas revelou ter sido procurado pelas quatro companhias aéreas. O banco aguarda uma proposta sobre a fusão para que possa examinar o financiamento ao setor.

Luiz Otávio (PPB-PA) manifestou-se contra a concessão de facilidades para que barcos pesqueiros estrangeiros atuem na costa brasileira e pediu prioridade de tratamento para os barcos nacionais. Ney Suassuna (PMDB-PB) disse que na Paraíba ocorre a pesca oceânica com barcos de Taiwan e que o negócio está sendo rendoso para o estado.

Francelino Pereira (PFL-MG) se diz preocupado com a inflação. Calabi disse que as metas de inflação fixadas para este ano, de 8%, e para o ano 2000, de 6%, partem do princípio de que não haverá o repasse dos preços do atacado para o consumidor.

Para Calabi, estímulo aos pequenos é prioridade

O estímulo às micro, pequenas e médias empresas é uma das principais preocupações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para que promovam o aumento do nível de emprego no país, afirmou ontem o presidente

do BNDES, Andrea Calabi, durante a audiência pública na CAE. Calabi disse aos senadores que a estabilização da economia propiciou melhores condições financeiras para as micro e pequenas empresas:

— Antes, o crédito às micro e pequenas empresas era dificultado. A estabilização econômica garante maior sobrevivência a esse segmento. Toda a mobilização do banco está voltada para a expansão do emprego — afirmou.

O banco está desenvolvendo também vários programas de financiamento e crédito para a área social (segun-

do Calabi, atualmente uma carteira de R\$ 1,6 bilhão) nos setores da educação, com financiamento às universidades e alfabetização, e da saúde, com empréstimos a hospitais e santas casas. Há ainda, acrescentou, um programa de microcrédito, de R\$ 500 a R\$ 1 mil, destinados a cooperativas de créditos.

Calabi distribuiu para os senadores os principais indicadores do BNDES

PRINCIPAIS INDICADORES DO BNDES	
US\$ 45 bi	em ativos
US\$ 6 bi	de patrimônio líquido
US\$ 16,3 bi	recursos aplicados em 1998
US\$ 7 milhões	lucro em 1998

(ver quadro) e afirmou que, dentre as demais prioridades de atuação, o banco atua no setor de exportações, aumento da produtividade e competitividade, reestruturação industrial, privatização e programas de desenvolvimento social e regional. Neste caso, os recursos destinados às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste cresceram 90% no período de 1994 a 1998, segundo Calabi.



Calabi disse que BNDES investiu US\$ 16,3 bilhões no ano passado

CRE começa a debater destino da Amazônia

Ministro do Meio Ambiente explica como está controlando a devastação e religioso descreve o cotidiano das populações tradicionais. Debate prossegue nos dias 26, 27 e 28, com audiência de autoridades do governo

Chanceler do Paraguai visita Senado e discute interesse no Mercosul

Na condição de presidente interino da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), o senador Romeu Tuma (PFL-SP) recebeu ontem à tarde o ministro das Relações Exteriores do Paraguai, José Félix Fernández Estigarribia, que estava em visita ao Senado. A autoridade paraguaia e comitiva foram recepcionadas no Salão Nobre da Casa.

José Estigarribia, acompanhado dos embaixadores do Paraguai no Brasil, Luis Gonzales Arias, e do Brasil naquele país, Bernardo Pericás, além de assessores, foi ao plenário, onde ouviu de Tuma rápida explanação sobre o funcionamento do Senado.

Estigarribia falou sobre o interesse paraguaio na integração do Mercosul – um dos principais pontos de sua visita ao Brasil – e sobre licitação para a construção de mais duas



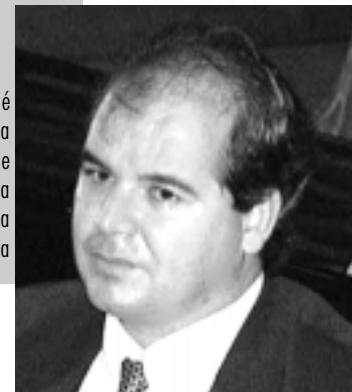
Estigarribia (E) conversou com Tuma sobre combate ao tráfico de entorpecentes e licitação para construção de usinas geradoras em Itaipu. Outro ponto da conversa foi o combate ao tráfico de drogas e a repressão às aeronaves clandestinas que operam o tráfico de entorpecentes entre os dois países.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) promove a partir de hoje, às 17h30, o seminário “Amazônia – Patrimônio Ameaçado?”. Instituída por requerimento do senador Tião Viana (PT-AC), a iniciativa prevê a realização de mesa-redonda com parlamentares, ministros e autoridades para discutir e analisar os destinos da Amazônia brasileira.

O primeiro debatedor será o ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, que falará sobre o controle da devastação da Amazônia como forma de consolidar a imagem do Brasil como país ético e com capacidade de exercer sua autonomia sobre essa porção do território. Logo em seguida, falará o frei Paolino Baldarassi sobre o cotidiano das populações tradicionais da Amazônia. O religioso milita na região desde 1950.

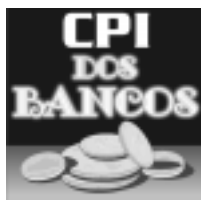
A comissão, presidida pelo sena-

Tião Viana é o autor da proposta de mesa-redonda sobre a Amazônia



dor José Sarney (PMDB-AP), dará prosseguimento ao seminário no dia 26, também às 17h30, quando farão exposição os ministros da Defesa, Elcio Alvares, e das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia. No dia 27, no mesmo horário, falam o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) e o diretor-executivo do Greenpeace, Roberto Kishinami. Os debates se encerram no dia 28, às 10h, com depoimento do ministro da Integração Regional, Fernando Bezerra.

Relator ouve Delfim Netto sobre propostas para o BC



O relator da CPI do Sistema Financeiro, senador João Alberto (PMDB-MA), reúne-se hoje à tarde com o deputado e ex-ministro Delfim Netto, para ouvir suas opiniões sobre algumas sugestões de mudança na legislação do Banco Central, entre elas a colocação de limites claros para a atuação da instituição no mercado financeiro. O relator já manteve reunião com o mesmo objetivo com o ministro da Fazenda, Pedro Malan.

Para alguns senadores da CPI, a falta de clareza da legislação permitiu que o Banco Central vendesse dólares aos bancos Marka e FonteCindam a preços favorecidos, atuando indiretamente na Bolsa de Mercadorias & Futuros (BMF), sem consultar o ministro da Fazenda. A venda desses dólares é um dos fatos investigados pela CPI.

Depois de ter ouvido dezenas de de-

poimentos, a CPI entrou na fase de propostas, e a assessoria da comissão de inquérito tem se reunido quase que diariamente com técnicos do Banco Central, do Banco do Brasil e do Ministério da Fazenda examinando sugestões de alterações legislativas.

Por sua vez, o senador João Alberto examina várias propostas, apresentadas pelo secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, destinadas a impedir que grandes empresas consigam evitar o pagamento de imposto de renda. Entre elas, encontra-se o “imposto de renda mínimo”, o qual seria pago pelas companhias que, pelo uso de brechas legais, nada tivessem a pagar.

Ao mesmo tempo, João Alberto trabalha nos relatórios setoriais que serão apresentados aos senadores da CPI nos próximos dias. Eles se referem à venda dos dólares aos bancos Marka e FonteCindam e às operações financeiras do Banco do Brasil com a construtora Encol.



João Alberto quer recolher subsídios para mudanças na legislação

Comissão de Infra-Estrutura aprova emendas ao Orçamento e ao PPA

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura aprovou ontem as cinco emendas a que tem direito ao Orçamento da União para o ano 2000 e as dez ao Plano Plurianual (PPA). Para o Orçamento do próximo ano foram aprovadas três emendas em âmbito regional, beneficiando as regiões Norte, Centro-Oeste e Sul, e duas de caráter nacional, destinando recursos à rodovia BR-153 e à melhoria da infra-estrutura urbana nos municípios em áreas de fronteiras.

A comissão, presidida pela senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), aprovou também dez emendas para o PPA de 2000 a 2003. Elas alocam recursos para várias atividades de infra-estrutura do país: a construção de aeroportos nos estados, investimentos em rodovias para a conclusão do corredor Oeste-



A Comissão de Infra-Estrutura quer investimentos em rodovias e aeroportos

Norte, sinalização e melhoria nos transportes por hidrovias, obras de drenagem, de habitação, de infra-estrutura e de saneamento básico para famílias

carentes que vivem em assentamentos urbanos. As propostas devem ainda ser analisadas e aprovadas pela Comissão de Orçamento.

Sugestões da CAE devem ser decididas hoje

A Comissão de Assuntos Econômicos reúne-se a partir das 10h30 de hoje, sob a presidência do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), para examinar e votar quatro matérias – todas não terminativas, e que, portanto, deverão também passar pelo plenário – e para decidir as emendas que os senadores apresentarão ao Orçamento da União do ano 2000 e ao Plano Plurianual.

O primeiro item da pauta é uma mensagem do Executivo que propõe ao Senado autorização para contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 202,030

milhões, entre o Brasil e o Banco Mundial, destinada ao financiamento parcial do projeto Fundescola II, a segunda etapa do programa de fortalecimento da escola, promovido pelo Ministério da Educação. O relator da matéria, senador Osmar Dias (PSDB-PR), deu parecer favorável nos termos de um projeto de resolução.

A CAE também vai votar mensagem do Executivo com a programação monetária para o quarto trimestre deste ano. O parecer do relator, senador Luiz Otávio (PPB-PA), é igualmente favorável.

Outro item da pauta é o projeto

de lei do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que dispõe sobre a comunicação direta dos atos e fatos apurados no decorrer dos procedimentos de fiscalização e exame de contas que tipificam a atuação do Tribunal de Contas da União (TCU). O relator da matéria, senador Ney Suassuna, deu parecer favorável ao projeto, com apresentação de duas emendas.

Os senadores vão examinar, ainda, um pedido do governo de Roraima para contratar operação de crédito junto à Corporación Andina de Fomento, no valor de US\$ 26 milhões.

Emilia pede mais verbas para educação durante homenagem aos professores

Governo federal deve gastar menos com o pagamento das dívidas públicas interna e externa e aumentar os recursos destinados à área educacional, defende senadora

Ao homenagear os professores brasileiros, a senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) observou que, como "parâmetro definidor de desenvolvimento, distribuição de renda, justiça social, integração regional, soberania nacional, de cultura, paz e de igualdade na sociedade humana", a educação exige maior comprometimento de recursos públicos. Os países desenvolvidos, comparou, gastam cerca de 7% do PIB em educação, enquanto o Brasil aplica apenas 3,7%.

—O Brasil precisa ampliar os recursos



Segundo Emilia, a educação ajuda a distribuir renda e a promover justiça social

destinados à educação, revendo a política de destinar praticamente 60% do Orçamento da União a pagamentos de juros das dívidas interna e externa — insistiu a senadora, durante homenagem feita na Hora do Expediente de ontem ao Dia do Professor, que se comemora em 15 de outubro.

Fortalecer a educação pública foi também o objetivo da recente Marcha pela Educação, que levou 15 mil professores a Brasília em busca de mais recursos para a área, além de maior participação na elaboração do Plano

Nacional de Educação, disse ela.

Para Emilia Fernandes, os aviltantes salários pagos aos professores, as precárias condições de trabalho, a ameaça de extinção do Programa Especial de Treinamento (PET) e o prejuízo imposto aos programas de educação infantil e de jovens e adultos, ao ensino médio e à erradicação do analfabetismo, por força de remanejamento de recursos decorrente da implementação do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef), demonstram uma falta de compromisso efetivo do governo com a educação pública. "Principalmente se considerarmos que mais de 85% dos estudantes estão em escolas públicas", afirmou a parlamentar.

Com os mesmos objetivos da Marcha pela Educação, a senadora pediu o apoio

dos parlamentares a uma emenda da Comissão de Educação e de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados ao Orçamento para 2000 que destina R\$ 20 milhões à manutenção do Programa Especial de Treinamento. Ela também anunciou a apresentação, via Comissão de Educação do Senado, de emenda que aloca recursos orçamentários na alfabetização de mulheres jovens e adultas.

Em aparte, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) aproveitou as comemorações do Dia do Professor para homenagear também os médicos — cujo dia nacional foi comemorado segunda-feira. Ele registrou que ambas as áreas — educação e saúde — enfrentam dificuldades decorrentes da falta de recursos públicos adequados.



Maguito Vilela cobrou de Paulo Renato o reconhecimento da Universidade Salgado de Oliveira

Maguito apela a ministro por estudantes de universidade

Centenas de estudantes da Universidade Salgado de Oliveira, conhecida como Universo, completam o curso superior no final deste ano sem garantias de que poderão exercer as profissões pelas quais se formarão devido ao não reconhecimento oficial da instituição pelo Ministério da Educação, informou ontem ao plenário o senador Maguito Vilela (PMDB-GO).

Ele dirigiu um apelo ao ministro Paulo Renato Souza, "para que se debruce sobre o assunto e encaminhe uma solução urgente aos estudantes", e também apresentou um requerimento em que solicita ao ministro informações sobre a situação legal da Universo e dos certificados de conclusão, diplomas e habilitação por ela emitidos.

Conforme o senador, a universidade tem sua matriz no Rio de Janeiro e foi reconhecida pelo ministério em 1993. Em 1995, com base em resolução do Conselho Federal de Educação (CFE), a Universo expandiu-se e implantou *campi* em Goiás, Distrito Federal, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Pernambuco e Ceará. No entanto, com a extinção do CFE, o ministério "entendeu que a Universo não estaria habilitada a promover a abertura de novas unidades de ensino", explicou o senador.

Desde então, desenrola-se uma batalha judicial e, apesar de ter ganho em duas instâncias, a Universo de Goiás ainda não foi reconhecida oficialmente, acrescentou.

Maguito Vilela observou que há várias versões sobre o fato de o Ministério da Educação ainda não ter dado autorização para o funcionamento da Universo, sendo que uma delas, "gravíssima", sugere que a autorização não sai em função da pressão de políticos influentes, ligados ao PSDB goiano, que teriam interesses comerciais e financeiros ligados a outra instituição. "Não me passa pela cabeça acreditar que o ministro Paulo Renato, um dos mais competentes ministros deste governo, um homem sério e honrado, se submeteria a esse tipo de pressão", ressaltou.

Romeu Tuma lamenta o aumento da criminalidade nas escolas

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) lamentou a escalada de violência e criminalidade nas escolas, "especialmente de crimes relacionados com o narcotráfico, que tenta incessantemente fixar raízes entre os jovens, levando terror a mestres e alunos". Durante a parte da sessão de ontem dedicada à comemoração do Dia do Professor, ele afirmou que a insegurança atinge crianças às portas das escolas e também policiais designados para protegê-las. Para o senador, essa situação "tem tornado mais árdua a missão dos professores, que já se debatem com os transtornos pessoais causados pela deficiente retribuição salarial".

Tuma lembrou que sua esposa, Zilda, foi professora por mais de 25 anos e também a responsável pela alfabetização de seus quatro filhos. Ele elogiou ainda o trabalho desenvolvido pelo ministro da Educação, Paulo Renato Souza, destacando a sua participação em reunião da Comissão para a Erradicação da Pobreza, à qual o ministro compareceu para falar, conforme o senador, sobre "o papel da educação na eliminação das desigualdades sociais".

Em aparte, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) aliou-se a Tuma na homenagem aos professores e relatou conversa que teve há poucos dias com uma



Insegurança agrava a já "árdua" rotina dos professores, afirma o senador Romeu Tuma

professora aposentada de Vitória. Segundo o senador, a professora, convidada a substituir uma colega na mesma escola onde dava aulas há oito anos, surpreendeu-se com as mudanças. "A professora disse-me que tudo mudou. Os alunos não respeitam mais nada e falam muitos palavrões em sala de aula", contou o parlamentar. Camata acrescentou que, muitas vezes, o professor é criticado pelos pais quando tenta coibir manifestações de desrespeito dos alunos.

Romeu Tuma concluiu a homenagem lendo um texto que encontrou no *site* do Ministério da Educação na Internet, que, segundo ele, resume os vários papéis assumidos pelos professores nas salas de aula. O texto é uma síntese da obra *A Arte do Magistério*, numa tradução de Edmond Jorge.

Mozarildo manifesta otimismo com futuro do ensino no Brasil

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) declarou-se um otimista em relação ao futuro do ensino no país. "O Brasil conseguirá avançar na questão do ensino. Já está conseguindo, embora lentamente", disse o senador, em discurso em homenagem aos professores.

Ele ressaltou que o século XXI não reserva lugar nem função produtiva para o trabalhador de baixa escolaridade, que "está destinado a ser um desempregado crônico, sustentado ao longo de sua vida pelos programas assistenciais do Estado".

O senador lembrou que hoje se espera cada vez mais da escola na formação moral e social dos jovens, em consequên-



Mozarildo: professores moldam "sociedade do terceiro milênio"

cia do ritmo da vida moderna, em que ambos os pais trabalham fora, dispondo de menos tempo para a família. "Esse é um enorme desafio para os professores, que, no terceiro milênio, moldarão o tipo de sociedade e de cidadãos que teremos."

Ao encerrar seu pronunciamento, Mozarildo citou trecho de poema de Horácio, poeta latino da Roma clássica, segundo o qual "a ânfora nova conservará por muito tempo o odor que, uma vez, foi impregnada". O senador completou: "Ou seja, aquilo que os jovens receberem da escola ficará marcado, para sempre, em sua personalidade e em seu caráter".

Quintanilha ressalta trabalho de escola para portadores de deficiência

Ao fazer sua homenagem aos professores, o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) concentrou o seu pronunciamento no relato das impressões que teve ao visitar, ontem, a escola Lúmen, em São Paulo, dedicada ao atendimento a crianças portadoras de deficiência mental e física.

Através do destaque ao trabalho desenvolvido pelos professores da Lúmen, o senador salientou a importância "destes que são os agentes mais atuantes da socie-



Leomar Quintanilha: entusiasmo com a escola Lúmen, de SP

dade, sem os quais é impossível pensar no desenvolvimento de uma nação".

A Lúmen foi criada por iniciativa de pais de crianças duplamente deficientes e conta com professores especializados "cujo trabalho pode ser avaliado pelo bem-estar e alegria demonstrados pelas crianças", disse o senador. Entusiasta da experiência, ele informou ter colaborado para que a escola fosse reconhecida como entidade de utilidade pública.

Cabral divulga na Europa ação do Senado contra a fome

Ao fazer um relato da 19ª Conferência Bianual sobre o Direito no Mundo, realizada de 3 a 10 de outubro em Budapeste e em Viena pela Associação Mundial de Juristas, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) afirmou ontem que teve a oportunidade de apresentar o trabalho do Senado brasileiro no combate a fome no país. Um dos seis delegados do Brasil ao encontro, do qual participaram 38 países, Cabral também teve aprovada na conferência tese de sua autoria sobre direito internacional.

A inauguração do Monumento ao Princípio Geral do Direito, para celebrar o 10º aniversário da queda da chamada "cortina de ferro" na fronteira entre a Áustria e a Hungria, foi um dos momentos marcantes do encontro, segundo Bernardo Cabral, cujo nome aparece no monumento como um dos participantes da conferência. O se-

nador lembrou que foi ali, no chamado Portão de Santa Margareth, que se ergueu em 1949 a barreira entre os dois países.

Cabral lamentou que o debate realizado ontem, em São Paulo, com a participação do senador Antonio

Carlos Magalhães, não houvesse ocorrido na conferência da Associação Mundial de Juristas, tal a importância do tema. "O combate à fome é hoje uma bandeira de todos os partidos e de todas as instituições", afirmou Cabral.

Ao pedir a inserção nos Anais do Senado dos resultados do encontro, Cabral disse que a declaração expedida ao final da conferência faz um amplo painel da situação no mundo de questões como os direitos humanos, o terrorismo internacional, a luta contra o crime, o desenvolvimento das democracias, tecnologia, a educação legal e a União Européia.



Bernardo Cabral relatou resultados de conferência internacional de juristas

Suplicy destaca importância de encontro entre Lula e ACM

Os avanços históricos resultam, muitas vezes, da união de pessoas que pensam de forma diferente, observa senador

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) considerou "uma iniciativa positiva" o recente debate sobre medidas para erradicar a pobreza, realizado entre o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e o presidente de honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, durante seminário realizado em São Paulo. Para Suplicy, os encontros mais proveitosos que a história registra se deram entre pessoas que não pensam da mesma forma. "Foi assim entre Richard Nixon e Mao Tse-Tung, e entre Yassar Arafat e Yitzhak Rabin", exemplificou.

Suplicy ressaltou o clima favorável a troca de idéias no encontro. "Para surpresa de alguns, houve concordância dos dois sobre propostas, como a necessidade de estabelecer a progressividade de impostos, de Lula; e a criação de um Fundo para a Pobreza, composto de fatias de arrecadação de vários impostos, entre eles a Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (CPMF), do presidente Antonio Carlos", relatou.



Suplicy acredita que o encontro de Lula e ACM pode contribuir para a luta contra a pobreza

Durante o seminário, patrocinado pelo Instituto Cidadania, organização não-governamental

dirigida pelo próprio Lula, o líder petista defendeu ainda a criação de um "imposto da solidariedade", cobrado sobre o patrimônio das 400 mil famílias mais ricas do Brasil, disse Suplicy. "Ele apresentou dados mostrando que essas famílias detêm 53% da riqueza nacional. Se esse patrimônio fosse taxado em 10%, seriam arrecadados R\$ 100 bilhões, em cinco anos".

O senador destacou o trabalho que está sendo realizado, no Congresso Nacional, pela Comissão para Erradicação da Pobreza. "Na próxima semana, farei um relato, em plenário, das visitas que realizamos aos estados de Pernambuco, Alagoas e Ceará, para colher subsídios às nossas propostas. Precisamos entrar no século XXI garantindo, a cada cidadão brasileiro, renda mínima para suas necessidades básicas", concluiu Suplicy.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 - Especial Unip - Assunto: Mudar e vencer
6h55 - Senado em Pauta
7h - Saúde Todo Dia - Atividade: Ginástica olímpica
7h30 - Especial Unip
7h55 - Senado em Pauta
8h - Jornal do Senado
8h25 - Senado em Pauta

8h30 - Entrevista - O senador Osmar Dias fala de empréstimo para micro e pequena empresa
8h55 - Senado em Pauta
9h - Comissão de Assuntos Sociais (ao vivo)
Logo após, Comissão de Constituição Justiça e Cidadania (ao vivo)
14h30 - Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após, CPI do Judiciário (ao vivo)
Logo após, Jornal do Senado
Logo após, Comissão de Constituição Justiça e Cidadania (gravado)
22h30 - Sessão Plenária (reapresentação)

Ernandes Amorim acusa governo federal de discriminar região Norte

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) protestou contra o que chamou de "discriminação do governo Fernando Henrique Cardoso em relação à região Norte do país", na elaboração do Orçamento federal. Como exemplo, citou a desigualdade regional na distribuição de recursos do Programa de Agricultura Familiar (Pronaf), que prevê a assistência técnica e extensão rural a 1,2 milhão de produtores, com benefício de crédito a 623 mil produtores.

Segundo o senador, para cada 11 produtores assistidos pela extensão rural no Norte, é previsto um financiamento, enquanto no Nordeste ocorrerão dois financiamentos para a cada cinco produtores; no Sudeste, um financiamento a cada três, e no Sul, dois financiamentos para cada produtor assistido pelo Pronaf.

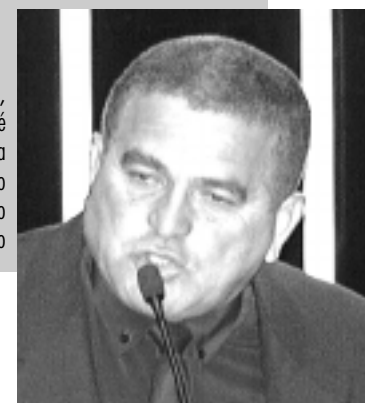
Outro exemplo de desigualdade apontado pelo senador, com prejuízo para a região Norte, é o Programa Cesta de Alimentos. Ele informou que serão destinados R\$ 0,44 por habitante, no Norte, ou 1,4 kg de alimentos; R\$ 1,10, ou 3,4 kg de alimentos, no Nordeste; R\$ 0,75, ou

2,3 kg, no Centro-Oeste; e R\$ 0,50, ou 1,5kg de alimentos, no Sul. Amorim apontou ainda os programas Carta de Crédito e Desenvolvimento do Ensino de Graduação como discriminatórios com o Norte.

— E ninguém pense que há compensação nos programas dirigidos à Amazônia. Biodiversidade, biotecnologia, desenvolvimento sustentável, Amazônia, Sivam, Sipam... tudo isso, na verdade, não reverte em desenvolvimento para a economia local. Ao contrário, todas as ações previstas são de repressão ou de estudos, projetos, papel — exclamou.

O senador também disse que as empresas beneficiadas com isenção de imposto na Zona Franca de Manaus "não são de lá, estão lá", e que metade dos recursos do Fundo Constitucional do Norte (FNO) são desviados da sua finalidade de financiar a atividade produtiva e aplicados em títulos do Tesouro para assegurar renda que permita o pagamento das despesas de funciona-

Para Amorim, região Norte é prejudicada na distribuição das verbas do Orçamento



mento do Basa. "Tudo na cartilha da Amazônia", garantiu o senador.

Amorim concluiu alertando o governo para a possibilidade de a população da Amazônia começar a lutar pela emancipação da região ou por sua transformação em protetorado da ONU. "Veja que nos Estados Unidos já aprovaram lei de proteção às florestas tropicais, prevendo trocar dívidas com o governo americano por projetos de preservação, administrados por pessoas indicadas pelo governo americano. Mais uma vez, quero alertar: se o Brasil não souber valorizar quem vive na Amazônia, no mundo haverá quem saiba", afirmou o senador.



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 Hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Hartung diz que PPA prejudica Espírito Santo

Segundo o senador, na elaboração do plano de obras do governo federal não foi dado o *status* de Eixo Nacional de Integração ao Corredor Centro-Leste, que tem vital importância para a economia do estado e de Minas Gerais



Emilia Fernandes, Luzia Toledo e Heloísa Helena receberam a deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), autora de parecer contrário à proposta do governo para a previdência privada, derrotado na Câmara

Senadoras discutem projeto que modifica cálculo da aposentadoria

A bancada feminina no Senado Federal reuniu-se ontem no gabinete da senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) para discutir uma atuação conjunta em relação ao projeto que muda a forma do cálculo das aposentadorias do setor privado. As senadoras receberam a deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), autora de parecer contrário à proposta do governo, mas derrotado na Câmara. O texto aprovado pelos deputados, de acordo com Jandira, é inconstitucional e deve ser derrubado pelo Supremo Tribunal Federal.

O projeto modifica a Lei de Custeio e Benefício da Previdência e

cria o fator previdenciário, que vai considerar o tempo de contribuição, a idade e a expectativa de vida do trabalhador no cálculo dos benefícios. Emilia Fernandes (PDT-RS), coordenadora da bancada feminina no Senado, defendeu a alteração desses critérios, que, na prática, exigem maior tempo de contribuição para garantir uma aposentadoria maior:

— A bancada feminina está atenta e vamos chamar a discussão para que os trabalhadores saibam exatamente o que vai acontecer. O problema pede maior debate e maior visibilidade — argumentou Emilia.

Jandira disse que o projeto é pre-

judicial às mulheres e aos professores do ensino fundamental, e que as senadoras precisam sensibilizar seus partidos e bancadas para mudar o projeto no Senado. Para ela, o governo apresenta um falso déficit e coloca a culpa por ele, injustamente, nos trabalhadores com até três salários.

Luzia Toledo avaliou positivamente a reunião, disse que a discussão está aberta e que este é o primeiro passo para que, na Comissão de Assuntos Econômicos, se tente reverter essas perdas, principalmente para as mulheres. “Somos poucas senadoras, mas fazemos a diferença”, concluiu.

Mesmo considerando o Plano Plurianual (PPA) do governo federal o maior esforço de ordenamento infra-estrutural do país desde o Plano de Metas de JK, o senador Paulo Hartung (PPS-ES) reclamou ontem que o Espírito Santo foi prejudicado, já que não foi dado o *status* de Eixo Nacional de Integração e Desenvolvimento ao Corredor Centro-Leste. Segundo o senador, o corredor, com suas peculiaridades e importância, tanto para o estado quanto para o leste de Minas Gerais, foi “singelamente diluído” no conceito de Rede Sudeste, permitindo que o centro político-econômico da região fosse “perigosamente” deslocado para São Paulo e Centro-Sul do Rio de Janeiro.

Hartung explicou que os estudos do PPA deveriam ter associado a estrada de ferro Vitória-Minas ao Rio Doce e ter considerado ambos como elementos vertebrados do Eixo de Desenvolvimento do Centro-Leste brasileiro, a

exemplo do procedimento adotado em outros eixos, como o do Araguaia-Tocantins e o do São Francisco. Na forma proposta, disse o senador, o Corredor Centro-Leste “foi reduzido à condição de mera estrada-de-ferro” deslocando-se a noção de corredor para o Rio de Janeiro e Santos:

— A verdade é que nos últimos anos o Brasil esteve de costas para o Espírito Santo. Ao longo de toda a década de 90, o Espírito Santo vem sendo progressivamente marginali-

zado no concerto dos estados brasileiros — lamentou.

Em aparte, Gerson Camata (PMDB-ES) disse que concordava com Hartung, lembrando que o Corredor Centro-Leste é importante não só para o Espírito Santo, mas também para Minas Gerais, Goiás e Distrito Federal. Gilvam Bor-

ges (PMDB-AP), que visitou o estado recentemente, afirmou que teve a oportunidade de verificar seu grande potencial turístico.



Hartung: PPA deveria ter considerado ferrovias capixabas no eixo de desenvolvimento

Rocha cobra revisão de concurso público no Amapá

Depois de ressaltar que tem procurado direcionar sua atuação para temas maiores de interesse de seu estado e do

colhida, mas o senador entende que existem muitas outras instituições qualificadas e que a licitação é necessária.

país, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) disse que se via obrigado ontem a abordar questões parciais: pediu a revisão de algumas normas — que considera inaceitáveis e prejudiciais à cidadania — de concurso que será realizado pelo governo do Amapá. O senador cobrou do Executivo estadual um relacionamento mais respeitoso e democrático com a imprensa e com os demais poderes.

Sebastião Rocha considera haver três aspectos que devem ser revistos no edital do concurso previsto para janeiro. O primeiro diz respeito ao contrato, no valor de R\$ 1,25 milhão, sem licitação, para que a Fundação Carlos Chagas realize o concurso. As autoridades estaduais afirmam que não houve concorrência por causa da qualificação da instituição es-

Rocha também criticou a decisão de incluir na prova questões sobre o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA). “Ora, desenvolvimento sustentável é uma estratégia de governo e, sobretudo com relação ao governo do Amapá, não existe qualquer literatura à disposição dos jovens que vão concorrer às 2.044 vagas”, afirmou o senador.

O terceiro ponto do edital que Rocha deseja ver modificado é o que determina a realização de provas nas cidades de São Paulo e Fortaleza. Segundo o senador, o estado deveria divulgar o edital em todo o Brasil, mas as provas, até pela necessidade de se dar uma oportunidade aos amapaenses, teriam que ser realizadas no Amapá.



Rocha apontou três aspectos que, segundo ele, devem ser revistos no edital do concurso

Marina pede solução para problema indígena em Dourados

Em nome da liderança do Bloco Oposição, a senadora Marina Silva (PT-AC) disse ontem que o governo tem a obrigação de resolver o problema da comunidade indígena no município de Dourados (MS), garantindo a posse dos índios em seu território e indenizando os colonos, assentados na região pelo governo Getúlio Vargas, em 1953. A senadora anunciou que visitou neste final de semana algumas comunidades do grupo Guarani, em Mato Grosso do Sul — a imprensa vem, há algum tempo, noticiando casos de suicídio entre os índios guarani-kaioiwás. De acordo com Marina, o estado, que possui a segunda maior população indígena do Brasil (60 mil), vive uma situação fundiária caótica.

A disputa por terras, aliada a um

processo “perverso” de desapropriação de sua cultura, tem levado, na avaliação da senadora, as populações indígenas ao desespero. Ao todo são mais de 300 suicídios, abrangendo em sua maioria a faixa etária dos 12 aos 25 anos, conforme exemplificou Marina.

No município de Kaarapó, relatou a senadora, a situação é de tensão devido a uma ordem judicial que determinou a reintegração de posse de uma área que estava sendo ocupada pela aldeia Taquara, desde



Marina relatou situações de tensão nas aldeias indígenas do estado de Mato Grosso do Sul

27 de abril. Outro caso, segundo Marina, é o da aldeia de Panambizinho, em Dourados, que tem 1.200 hectares, apenas 60 deles sob o domínio dos 340 índios que vivem no local:

— Nunca vi situação tão dramática. Venho de um estado onde 11 mil índios, em 13 povos diferentes, são detentores de 10% do território, enquanto que em Mato Grosso do Sul 60 mil índios vivem em apenas 1% das terras do estado — frisou a senadora.

Osmar Dias quer esclarecer denúncias contra Rafael Greca

Senador propõe votação rápida de requerimento de convocação do ministro dos Esportes e do Turismo para depor no Senado

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) pediu ontem providências urgentes do Senado e do presidente Fernando Henrique Cardoso para esclarecer denúncias "graves e repetidas", publicadas na imprensa, sobre a atuação do ministro dos Esportes e Turismo, Rafael Greca.

— São denúncias de cobrança de propina para liberação de autorizações para casas de bingo e máquinas eletrônicas, lavagem de dinheiro do narcotráfico e até envolvimento com a máfia italiana, publicadas pelos jornais *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* e pelas revistas *Veja* e *IstoÉ*. Se comprovadas, a podridão é imensa — afirmou o senador.

Osmar Dias lembrou que, no dia 10 de setembro, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou requerimento convocando Greca para depor no Senado. "Tenho certeza de que o presidente Antonio Carlos Magalhães, empenhado em combater a corrupção na CPI do Judiciário, não tardará em colocar o requerimento em votação."

Ele fez questão de dizer que não está acusando Greca de corrupção. "Ao



Osmar Dias ressalta que não está acusando o ministro, mas dando-lhe chance de se explicar

contrário, queremos dar ao ministro a possibilidade de explicar as acusações e se defender. Acredito que o presidente Fernando Henrique deverá ser o primeiro a instar Greca a vir depor no Senado", disse.

O senador afirmou considerar imprescindível, também, que o Senado, ou a Comissão de Assuntos Sociais, ouça os funcionários do ministério que

pediram demissão de seus postos e foram ao Ministério Público protocolar denúncias sobre graves fatos. "Por não aceitarem os acordos que estavam sendo feitos, foram obrigados a se demitir", destacou.

Osmar Dias lembrou que está em exame na CAS um projeto liberando os jogos de azar no Brasil, possibilitando a organização de cassinos. "Como presidente da comissão, não posso colocar o projeto em votação antes que essas denúncias sobre bingos, a transformação das máquinas eletrônicas em caça-níqueis disfarçados, lavagem de dinheiro e até envolvimento com a máfia estejam esclarecidas", observou.

Em apertes, os senadores Álvaro Dias (PSDB-PR) e Roberto Requião (PMDB-PR), paranaenses como Greca, afirmaram ter conhecimento de denúncias de corrupção contra o ministro muito antes que ele viesse a ocupar a pasta dos Esportes e Turismo.

Ainda em apertes, os senadores Marina Silva (PT-AC) e Eduardo Suplicy (PT-SP) ressaltaram a urgência de se aprovar a convocação de Greca para depor no Senado.

Anúncio de emprego pode ter de incluir número de vagas

A Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS) reúne-se hoje, às 9h, para examinar oito matérias, entre elas um projeto que obriga a empresa que publicar anúncio de oferta de emprego a mencionar o número de vagas, o salário, o trabalho a ser feito e o ramo de atividade. Se, por exemplo, a empresa procurar por "vendedores", deve dizer no anúncio que produto será vendido.

O projeto, oriundo da Câmara, prevê multas e até fechamento para as empresas que ludibriarem a boa-fé das pessoas ou anunciarem um emprego e, na verdade, oferecerem outro serviço. "Com a crise, os trabalhadores acabam sendo explorados por empregadores inescrupulosos", afirma o senador Geraldo Cândido (PT-RJ), relator da proposta.

As obrigatoriedades valem também para anúncios feitos por pessoas físicas, inclusive donas-de-casa à procura de empregadas domésticas. O anúncio sem as informações previstas sujeitará a pessoa ou a empresa a uma multa de 1.200 Ufirs (R\$ 1.172,40).

Na reincidência, a empresa ficará proibida de anunciar por 60 dias. Na terceira vez, além de multa de 1.500 Ufirs (R\$ 1.465,50), a empresa terá seu alvará de funcionamento cassado. A fiscalização e as multas serão



Geraldo Cândido apresentou parecer favorável a projeto que será apreciado pela CAS

aplicadas pelas prefeituras.

Consta ainda da pauta da CAS pedido do governo federal para tomar empréstimo de US\$ 2,2 bilhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, dentro do programa internacional de apoio econômico ao Brasil anunciado no início deste ano, liderado pelo FMI. Na mesma reunião, os senadores votarão as emendas que a CAS apresentará ao Orçamento federal para o próximo ano.

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) também tem reunião programada para as 17h, para examinar suas emendas ao Orçamento.

Lúcio Alcântara teme pelo futuro dos jovens

Ao lembrar o Dia Internacional da Juventude, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) disse que não vislumbra um futuro promissor para a população jovem do Brasil. "Nesse 2 de outubro se comemorou o Dia Internacional da Juventude, o que, em princípio, deveria ganhar o sentido de uma data cercada de entusiasmo, euforia e esperança. No entanto, o jovem deste final de milênio parece assustado com — e neutralizado pela — a realidade que vê, sem conseguir esboçar qualquer sinal de reação, crítica ou mobilização. O pessimismo que exala é desolador", afirmou.

Segundo o senador, o desemprego e a ignorância são a contrapartida de um país que ainda vive com índices "escandalosos" de injustiça social e econômica. Mesmo assim, prossegue o senador, a educação surge como a alavanca transformadora dos jovens. "Prisioneiro de uma contraditória situação, o jovem que percebe na



Lúcio Alcântara lamenta existência de pessimismo "desolador"

sociedade moderna e desigual o desencanto de suas forças é o mesmo que deposita na formação educacional a esperança de uma vida melhor", analisa.

A partir de pesquisas realizadas pelo Ministério da Saúde e pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) sobre o comportamento sexual dos jovens, Lúcio Alcântara disse que os resultados descrevem um perfil, no mínimo, inquietador, pois mostra logo de início que 47% dos garotos e 32% das garotas entrevistados começaram a vida sexual antes dos 15 anos de idade. Em 84, o mesmo índice apontava 35% para os garotos e 14% para as garotas.

— Para espanto de todos, em vez de inibir o ingresso de jovens no circuito das relações sexuais, a proliferação das doenças sexualmente transmissíveis nos últimos 15 anos parece ter coincidido com a incorporação de faixas etárias mais baixas dentro do universo de parceiros disponíveis para o sexo — alertou Al-

cântara.

Outros dados citados pelo senador demonstram ainda que 44% dos jovens ingerem bebida alcoólica antes de realizar o ato sexual, sendo que entre pessoas de 26 a 40 anos o índice cai para cerca de 25%. "Não surpreende, portanto, a informação de que, entre os homens de 16 e 19 anos, a proporção de entrevistados que confirmam o uso de drogas por, pelo menos, uma vez chega a 26%", ressaltou.

AIDS

Em relação à Aids, Alcântara revelou que, embora a grande maioria dos jovens esteja bem informada sobre os riscos da doença, não se preocupa em mudar de comportamento e continua expondo-se ao risco de contaminação por não se prevenir utilizando a camisinha. Segundo o senador, o ministro da Saúde, José Serra, propôs uma política educativa que incentive os jovens não somente a adquirir a teoria preventiva, mas também a transformá-la em prática cotidiana. "Não sem razão, uma das estratégias do governo será a de, agora, estimular o uso absolutamente necessário da camisinha entre os jovens", afirmou Alcântara.

Mauro Miranda registra os 90 anos de Itumbiara

Os 90 anos do município de Itumbiara, no estado de Goiás, celebrados no dia 12, foram lembrados pelo senador Mauro Miranda (PMDB-GO), que ressaltou a "festa inesquecível" feita pela população da cidade. O senador fez um breve histórico da ocupação da cidade.

— O povoamento da região, situada no extremo sul goiano, na fronteira dos estados de Goiás e Minas Gerais, remonta ao século passado, quando, em 1824, o general português Cunha Mattos lá instalou o Porto de Santa Rita do Paranaíba, para atender à passagem da estrada que ia daquela localidade até Uberaba — explicou.

Itumbiara ocupa uma área de 2.580 quilômetros quadrados, conta com uma população de 80 mil habitantes e, inicialmente, tinha o nome de Santa Rita do Paranaíba. O atual nome da cidade, que em tupi-guarani significa "Caminho da Cachoeira", foi decidido por consulta popular. Mauro Miranda explicou que lá existia uma das mais belas cachoeiras do país, a Cachoeira Dourada, extinta pela construção da usina hidrelétrica do mesmo nome.

— A cidade é também um dos prin-



Mauro Miranda recordou "festa inesquecível" promovida pela população no dia 12

cipais troncos rodoviários da região Centro-Oeste. Por lá passam duas importantes rodovias federais: a BR-153, que faz a ligação entre o Norte e o Sul do país, e a BR-452, acesso principal ao Oeste brasileiro (Mato Grosso e Rondônia). Itumbiarense de coração, tenho a certeza de que seremos o centro irradiador do poderoso eixo de desenvolvimento que vai liderar a integração econômica entre o Norte, o Centro-Oeste e a parte ocidental do Nordeste com o Sul do país — afirmou.